



*Artigo*

## **Um Olhar Psicopolítico Acerca de Atitudes de Graduandos em Psicologia**

*Uma Mirada Psicopolítica Acerca de las Actitudes de  
Estudiantes de Psicología*

*A Psychopolitical Look at the Attitudes of Graduates in  
Psychology*

Maria Amélia Güllnitz Zampronha<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Psicóloga formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil, Mestre e Doutoranda em Educação: História Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: [ameliagullnitz@gmail.com](mailto:ameliagullnitz@gmail.com)

## Resumo

O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa realizada com estudantes de graduação em Psicologia, com o objetivo investigar sua experiência de relacionamento social, considerando três aspectos, definidos como categorias de análise: preconceito, racionalidade tecnológica e narcisismo. Já que o objeto de estudo da Psicologia é o indivíduo, considerado em suas relações com a sociedade, espera-se que o psicólogo seja capaz de perceber-se e diferenciar-se dos outros indivíduos, de percebê-los e diferenciá-los entre si e de refletir criticamente acerca dos contextos social, econômico, cultural e político em que está inserido. Este estudo fundamenta-se na teoria crítica da sociedade e na Psicologia Política. O método compreende a aplicação de uma escala Likert, denominada escala de Experiência com o outro (escala E), e o tratamento estatístico dos resultados. A escala E é dividida em três subescalas, de preconceito, de racionalidade tecnológica e de narcisismo, e avalia as atitudes e opiniões dos sujeitos em relação às três categorias de análise, compreendendo que elas podem permear e interferir na experiência de relacionamento social. Um alto escore na escala E indica prejuízo da experiência espontânea. Os sujeitos são 72 alunos do curso de graduação em Psicologia, de uma faculdade privada da cidade de São Paulo. A hipótese principal previa que a amostra teria uma pontuação maior na subescala de preconceito. Verificou-se que a amostra tende a expressar maiores graus de preconceito e adesão à racionalidade tecnológica e menor grau de narcisismo.

**Palavras-chave:** Preconceito, Narcisismo, Racionalidade Tecnológica, Escala Likert, Psicologia Política.

## Abstract

This article presents some of the results obtained in a research carried out with undergraduate students in Psychology, aiming to investigate their experience of social relationship, considering three aspects, defined as categories of analysis: prejudice, technological rationality and narcissism. Since Psychology studies

the individual, considered in his relations with society, it is expected that the psychologist will be able to perceive and differentiate oneself from others, to perceive them and differentiate them amongst themselves and to reflect critically on the social, economic, cultural and political contexts in which he lives. This study grounds itself on the critical theory of society and Political Psychology. The method involves the application of a Likert scale, called Scale of experience with others (scale E), and the statistical treatment of the results. The E Scale is divided in three subscales – prejudice, technological rationality and narcissism –, and evaluates subjects' attitudes and opinions regarding the three categories of analysis, understanding that they can permeate and interfere in the experience of social relationship. A high score on the E scale indicates loss of spontaneous experience. The subjects are 72 Psychology undergraduate students from a private college in São Paulo. The main hypothesis predicted that the subjects would score higher on the prejudice sub-scale. It was verified that the sample tends to express higher degrees of prejudice and adherence to technological rationality and less narcissism.

**Keywords:** Prejudice, Narcissism, Technological Rationality, Likert Scale, Political Psychology.

## Resumen

El presente artículo presenta parte de los resultados de una investigación realizada con estudiantes de graduación en Psicología con el objetivo de investigar su experiencia de relación social, considerando tres aspectos, definidos como categorías de análisis: prejuicio, racionalidad tecnológica y narcisismo. Ya que el objeto de estudio de la Psicología es el individuo, considerado en sus relaciones con la sociedad, se espera que el psicólogo sea capaz de percibirse y diferenciarse de los demás individuos, de percibirlos y diferenciarlos entre sí y de reflexionar críticamente acerca de los contextos social, económico, cultural y político en que está insertado. Este estudio se fundamenta en la teoría crítica

de la sociedad y en la Psicología Política. El método comprende la aplicación de una escala Likert, denominada escala de Experiencia con el otro (escala E), y el tratamiento estadístico de los resultados. La escala E se divide en tres subescalas, de prejuicio, de racionalidad tecnológica y de narcisismo, y evalúa las actitudes y opiniones de los sujetos en relación a las tres categorías de análisis, comprendiendo que ellas pueden permear e interferir en su experiencia de relación social. Una alta puntuación en la escala E indica perjuicio de la experiencia espontánea. Los sujetos son 72 alumnos del curso de graduación en Psicología, de una facultad privada de la ciudad de São Paulo. La hipótesis principal preveía que la muestra tendría una puntuación mayor en la subescala de prejuicio. Se verificó que la muestra tiende a expresar mayores grados de preconcepto y adhesión a la racionalidad tecnológica y menor grado de narcisismo.

**Palabras Clave:** Prejuicio, Narcisismo, Racionalidad Tecnológica, Escala Likert, Psicología Política.

## Introdução

---

Este artigo apresenta uma leitura desde a Psicologia Política acerca dos resultados da pesquisa de mestrado da autora, intitulada *A experiência de relação com o outro de alunos de graduação em Psicologia e o uso da Internet* (Zampranha, 2012), em que o referencial teórico adotado foi a teoria crítica da sociedade.

O objetivo da citada pesquisa foi verificar a relação entre o tipo de uso que os sujeitos, 72 graduandos em Psicologia de uma faculdade particular da cidade de São Paulo, fazem da Internet durante sua formação e suas atitudes no que diz respeito ao relacionamento com o outro e à possibilidade de reflexão crítica, considerando três categorias de análise: racionalidade tecnológica, preconceito e narcisismo; categorias estas estabelecidas de acordo com o referencial teórico. A hipótese, confirmada pelo estudo, era de que existe correlação positiva entre uso da Internet e atitudes expressas nos relacionamentos sociais.

O método adotado compreende a aplicação de dois instrumentos de pesquisa, criados para o estudo: um Questionário de hábitos de uso de Internet e de uma escala Likert de atitudes e opiniões, denominada escala de Experiência com o outro (Escala E). Os dados obtidos foram tratados estatisticamente e analisados conforme as proposições da teoria crítica.

Já que o objeto de estudo da Psicologia é o indivíduo, considerado em suas relações sociais, espera-se que, ao longo de sua formação, o aluno tenha experiências que lhe permitam o contato com facetas do humano e com a reflexão crítica acerca da sociedade e dos indivíduos que a compõem, incluindo a si próprio. Espera-se que o psicólogo seja capaz de identificar suas próprias necessidades e desejos, de diferenciar-se dos outros indivíduos, de percebê-los e diferenciá-los entre si e de refletir criticamente acerca dos contextos social, econômico, cultural e político em que está inserido.

Para os fins deste artigo, delimita-se como tema as atitudes expressas pelos sujeitos de pesquisa, identificadas por meio da Escala E, e os possíveis desdobramentos no campo político e nos relacionamentos sociais. As informações obtidas com esse instrumento são suficientemente ricas para uma análise psicopolítica (Rosa & Silva, 2012; Silva, 2015; Silva & Corrêa, 2015), aporte relevante na medida em que discute visões de mundo e participação política. Como aponta Alessandro Silva:

um dos objetivos da psicologia política é saber mais sobre como se desenvolvem os fenômenos políticos e o porquê se produzem da forma que se produzem. Disso decorre que, didaticamente, se poderia dizer que em um primeiro nível organizativo da psicologia política estariam os cidadãos e as questões referentes ao como e porque pensam sobre a política e seu fazer; as expressões cidadãs e seus modos de materializar-se, de participar ou mesmo negar-se a participar nos processos políticos; ou ainda o modo como percebem a eficácia das instituições políticas, representantes e líderes, ou inclusive o governo em seu conjunto. (Silva, 2012:14).

Vale ainda destacar a possibilidade de se entender a psicologia política como um espaço interdisciplinar que nos permite entender de uma maneira mais ampla os fenômenos relacionados ao político e a interação/intersecção indivíduo/coletivo. Nessa linha, ressaltam-se os aportes de José Manuel Sabucedo e Mauro Casal (2000) e de Alessandro Silva (2012ab, 2015).

Desta compreensão, tem-se que a psicologia política relaciona-se com a possibilidade de crítica social, bem como com a omissão diante dos problemas da sociedade, debate os relacionamentos sociais e a capacidade de pensar coletivamente e/ou individualmente. Sustenta-se, neste artigo, que é função do psicólogo agir e pensar de forma socialmente implicada. Martin-Baró (1983, 1985, 2013) afirma que o psicólogo participa do processo de humanização para a criação de uma nova sociedade, tendo como função facilitar essa passagem, “deverá colaborar na edificação social de um homem novo, baseado em necessidades menos individualistas e em objetivos que partem da justa solidariedade” (Martin-Baró, 1983:s/p).

Esse processo de transição para uma nova ordem social requer, necessariamente, a desideologização por meio do desvelamento dos elementos que justificam e viabilizam a opressão, para que opiniões possam ser expressas e manifestações transformadoras colocadas em prática (Montero, 2015; Martin-Baró, 1985). Portanto, é importante conhecer tanto a consciência crítica quanto o nível de narcisismo e preconceito de psicólogos e estudantes, como o estudo em questão se propõe fazer.

## **1. A Ideologia da Racionalidade Tecnológica como Obstáculo à Transformação Social**

---

Um dos elementos mantenedores da ordem social é o aparato tecnológico, conforme descrito por Marcuse (1998). Na sociedade capitalista, o sujeito não atende mais às próprias necessidades, mas sim às demandas do aparato, na medida em que a ação individual se transforma em eficiência padronizada, de modo que o desempenho individual deve atender a padrões externos, referentes a tarefas e funções predeterminadas. A racionalização do mundo dificulta, por conseguinte, a autonomia do indivíduo, sua capacidade de agir espontaneamente, a capacidade de abstração e a possibilidade de vislumbrar suas potencialidades. O que não acontece pela coerção, mas, sim, pela submissão à racionalidade, quando o processo da máquina “se propaga da ordem tecnológica para a ordem social” (Marcuse, 1998:82) alcançando o trabalho, a escola e até mesmo o lazer.

De acordo com Marcuse (1998), a tecnologia é um processo social, do qual fazem parte tanto a técnica quanto os indivíduos que são inventores e definem sua aplicação e utilização; é um modo de organização que pode tanto perpetuar quanto modificar as relações sociais, podendo constituir um instrumento de dominação ou um avanço que promove a liberdade (Horkheimer & Adorno, 2006). A técnica, dependendo da forma como é empregada, “pode promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição de trabalho árduo” (Marcuse, 1998:74). Da perspectiva da teoria crítica, a reflexão tem como foco o uso que se faz da técnica e as suas determinações, ou seja, aquilo que tornou possível e condicionou a forma como é empregada na produção material e nas relações sociais. Isso quer dizer que a técnica não é neutra, à medida que sua invenção e aplicação são direcionadas por grupos sociais, conforme ressaltam Marcuse (1998), Horkheimer e Adorno (2006).

---

O progresso tecnológico fez com que se disseminassem determinada racionalidade e novos padrões de individualidade. O ideal de indivíduo forjado pela revolução burguesa, considerado unidade fundamental e fim principal da sociedade, detentor de padrões e valores que não sucumbiam frente a nenhuma autoridade externa, não foi alcançado. O indivíduo dos séculos XVI e XVII, que seria capaz de criticar o que não lhe parecesse verdadeiro, que agiria em favor de seu interesse racional, capaz de superar o sistema de ideias e valores impostos por autoridades externas, isto é, aquele “que criticava estes padrões, buscava padrões verdadeiros e promovia sua realização” (Marcuse, 1998:75) dificilmente pode existir na presente forma de organização social. A mecanização, racionalização e competitividade da sociedade atual configuram o que Marcuse (1998) denomina de racionalidade tecnológica, modo de pensamento difundido, que determina padrões de julgamento e atitudes.

Crochík (1999) esclarece que a presente ordenação social, também denominada de sociedade administrada, diferentemente da sociedade liberal, não defende a liberdade e a felicidade individuais, mas sim a liberdade, justiça e felicidade que são permitidas. Enquanto a sociedade liberal encobria as contradições sociais, a sociedade administrada as ajusta ao sistema atual, parecendo defender a liberdade quando, na verdade, faz o oposto. Essas mudanças fizeram com que se perdesse a possibilidade de pensar para além do que é vigente, reduzindo, assim, a explicação de todos os fenômenos ao existente. O pensamento característico dessa ideologia é destinado ao cumprimento de tarefas e à solução de problemas; é o pensamento eficiente orientado pelo princípio do desempenho.

A aceitação dos padrões de julgamento e atitudes determinados pela racionalidade tecnológica dificulta o surgimento do eu autônomo e fortalece a heteronomia. Crochík (1999) chama a atenção para o caráter totalitário dessa ideologia, em que a presente ordem é aceita com conformismo. Para a teoria crítica, além da reflexão acerca do conteúdo da ideologia atual, é preciso compreender os fatores que fazem com que os indivíduos adiram a algo manifestadamente falso.

É importante ressaltar que isso não significa que a ideologia é o ocultamento da realidade. De acordo com o referencial aqui empregado, a ideologia resulta do processo histórico e faz parte do existente, como mentira manifesta – um elemento que tem relação com a dominação e com a perpetuação das condições sociais. Omitir as condições concretas que produzem a falsa consciência é naturalizá-la, desconsiderando que é produto desenvolvimento histórico. A naturalização acaba fortalecendo a falsa consciência e, conseqüentemente, contribui para a perpetuação das condições vigentes. Desse modo, a essência da ideologia é ordenar a consciência para ordenar a sociedade. Aí está a dialética da ideologia: é consciência necessária e falsa; é verdade e inverdade (Horkheimer & Adorno, 1973).

Dessa configuração, constituída pelo tecnicismo e o realismo, em que predomina o cuidado, pelo indivíduo, de seus próprios interesses e a resistência a lançar mão do próprio intelecto para pensar a realidade, podem surgir os movimentos fascistas (Adorno *et al.*, 1969).

## 2. O Preconceito como Ausência de Experiência

---

O indivíduo do capitalismo tardio, incapaz de agir espontaneamente ou de refletir criticamente, precisa adaptar-se às configurações sociais para garantir sua sobrevivência, aceitando o que os meios de comunicação de massa lhe ofertam. De acordo com os autores da escola de Frankfurt, a falta de reflexão leva o indivíduo a usar clichês dados pela cultura para posicionar-se política e economicamente. Desse modo, o indivíduo não precisa da experiência, pois pode usar os clichês, pensando e agindo conforme as determinações da ideologia. Essa configuração é favorável ao preconceito.

Nesse processo, a Psicologia tem potencial esclarecedor. De acordo com Maritza Montero (2015), a Psicologia Política, especificamente, serve para “manter ativa a condição dinâmica e mutável da sociedade, contribuindo com um olhar crítico para sua construção, que sempre se deseja ser a melhor possível e que sempre pode e deve ser melhor” (Montero, 2015:62). É então que se destaca sua função como desideologizadora dos elementos que produzem a reproduzem a realidade vigente. Nas palavras de Martin-Baró:

Um fazer desideologizador demanda que a Psicologia Social: (a) assuma a perspectiva das maiorias oprimidas; (b) desenvolva pesquisas sistemáticas sobre as realidades dessas maiores; (c) utiliza de forma dialética esse conhecimento, comprometendo-se com os processos históricos de libertação popular (Martin-Baró, 1985:s/p).

Para tanto, a Psicologia precisa, obrigatoriamente, desvendar a falsa consciência e contribuir, com sua prática e produção científica, para o enfrentamento e transformação das condições objetivas. Ao assumir tais objetivos, precisa ser também politicamente engajada.

Horkheimer e Adorno (2006) discorrem a respeito da aceitação das condições objetivas sem ponderação e apoiada na submissão. De acordo com os pensadores, trata-se de uma aceitação em bloco de pontos ideológicos, o que causa a impressão de que a opinião pessoal não é tão inócua. É o que denominam de mentalidade do *ticket*. Ao dizer sim ao *ticket* o sujeito deixa de participar do processo de percepção e adere a conceitos vazios, reunidos de maneira rígida e sem mediação. Trata-se de um novo tipo de ajustamento, necessário na sociedade mecanizada e burocratizada, em que o enfrentamento das exigências que surgem em qualquer setor da vida demanda dos indivíduos que também se mecanizem e padronizem. A consciência fica reduzida a uma norma fixa. Só seria livre quem oferecesse resistência antecipada a processos e influências que predisõem ao preconceito (Horkheimer & Adorno, 1973).

Com isso, fica evidente a perspectiva da teoria crítica da sociedade em relação ao preconceito: sua análise e compreensão recaem sobre o sujeito preconceituoso e não sobre o alvo do preconceito. É preciso compreender os processos pelos quais um sujeito que tende ao preconceito o desenvolve em relação a determinados grupos. Para a Psicologia Política, esse debate é igualmente fundamental, visto que, em sua concepção, os mecanismos determinantes do preconceito étnico, da homofobia e da violência de gênero são os mesmos e resultam da sociedade patriarcal, heteronormativa, organizada de acordo com relações de poder e a dominação.

O uso de clichês e a impossibilidade de reflexão conduzem à generalização e, assim, supostas características de um determinado grupo são atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a ele. Ao se relacionar com as categorias em que classifica os grupos, o indivíduo prescinde da experiência pessoal. Esse fato torna evidente que o preconceito não precisa ter conexão com a experiência ou com a realidade (Horkheimer & Adorno, 2006).

O preconceito consiste na projeção de impulsos do próprio sujeito, que ele não admite como seus, sobre o outro e é caracterizado por uma conduta rígida frente a diversos objetos (Horkheimer & Adorno, 2006). Para Crochík (2011) o problema do preconceito não é a projeção, mas sim a falta de reflexão que a caracteriza, já que o preconceituoso não reflete sobre o objeto, nem sobre si e perde a capacidade de diferenciação. Tal movimento revela uma das principais características do preconceito: o pensamento estereotipado.

A ideia de felicidade é reprimida na sociedade de classes, o que faz com que as massas se sintam enganadas, gerando desejo de destruição dos indivíduos que, aparentemente, tem uma boa vida. Com a repetição e o estereótipo, característicos do uso de clichês e da mentalidade do *ticket*, as manifestações humanas tornam-se controláveis e compulsivas. O preconceito na forma do antissemitismo assume esse caráter: o judeu é a figura sobre a qual o indivíduo frustrado e injustiçado descarrega a culpa pela injustiça econômica (Horkheimer & Adorno, 2006). Dessa perspectiva, os autores chamam a atenção para o caráter intercambiável entre as vítimas do preconceito: aqueles que são os perseguidores podem vir a ser vítimas.

### 3. Narcisismo como indiferença social

---

O narcisismo é conceituado conforme propugnado por Crochík (1990, 1999). No capitalismo monopolista a estrutura familiar é enfraquecida e a família tem menos influência na socialização da criança, que passa a ser socializada diretamente, identificando-se não mais com figuras parentais, mas com modelos fornecidos pela mídia e pela escola. Os modelos são aceitos e imitados e o ego constitui-se fragilmente.

Uma característica da personalidade narcisista é a impessoalidade. O narcisista evita contato com outros egos e consigo mesmo, desse modo, há uma desconexão entre os afetos e o conteúdo da experiência, o que dificulta a distinção, pelos sujeitos, entre mundo externo e mundo interno, do que decorre que o próprio sujeito e os outros são reduzidos a objetos. Crochík (1990) explicita a impessoalidade do narcisista: “Ora, o narcisista é o próprio não-eu, o seu ego enfraquecido e autocentrado consulta o ideal de homem eleito pela Pedagogia e pela Psicologia, no mundo externo para poder valorizar-se. Mas, o mundo não lhe importa, a não ser para satisfazer os seus desejos de preencher o vazio de um eu não constituído” (Crochík, 1990:153).

A busca pela satisfação imediata de suas necessidades é também característica do narcisista e é algo que a tecnologia lhe oferece. Entende-se que a ideologia da racionalidade tecnológica fortalece o pensamento e o comportamento padronizados e substitui a consciência política pela consciência técnica. “A ideologia da racionalidade tecnológica, representante de um todo totalitário, constrói os espelhos para o narcisista se mirar. No reino dos monopólios, não há mais a necessidade de um ego independente e livre, pois a administração cuida da racionalidade da vida” (Crochík, 1990:153).

Crochík (1999) retoma Freud e suas postulações acerca da psicologia das massas e dos liderados: a união de indivíduos em uma massa se sustenta pelas pulsões libidinais; a configuração do ego e do ideal de ego depende da coletividade; a relação dos indivíduos com o líder ocorre pela identificação dos liderados com aquele que aparenta ter os mesmos desejos que eles e mais força para

realizá-los. O autor conclui que a análise do narcisismo não pode prescindir das questões sociais nem da psicologia dos liderados. Ocorre uma dupla identificação – dos liderados com o líder e dos liderados entre si, pois há pouca diferenciação entre ego e ideal de ego individuais dentre aqueles que aderem à massa. Da relação entre o líder e as massas surge o narcisismo das pequenas diferenças – a hostilidade dentro do grupo cessa quando há um alvo externo ao qual a hostilidade é então dirigida.

O autor cita duas formas de expropriação do indivíduo que acontecem na relação entre o narcisismo individual e o ideal coletivo. Primeiro, o narcisismo individual é uma reação ao não reconhecimento de si próprio nos objetos da cultura, o que gera o sentimento de impotência frente à realidade e a defesa em relação à hostilidade presente na cultura. Desse modo, o narcisista vê a coletividade como ameaçadora e não como algo que lhe possibilite a liberdade. A primeira expropriação é, portanto, em relação à ideia de coletividade. A segunda ocorre quando a coletividade aparece na forma de dominação sobre o indivíduo, que se sacrifica pela satisfação narcisista de pertencer à coletividade. Isso acontece em oposição ao indivíduo do Iluminismo, aquele que representa tanto a coletividade quanto a possibilidade de crítica a ela; embora, de modo contraditório, pois apenas alguns poucos podiam se desenvolver nessa direção (Crochík, 1999). De qualquer modo, retomando o papel da experiência na constituição do eu, o antídoto ao narcisismo é a libido voltada para outras pessoas ou para a produção da cultura.

## 4. Objetivos, Hipóteses e Método de Pesquisa

---

O objetivo da pesquisa destacado neste artigo é verificar as atitudes de alunos de graduação em Psicologia no que diz respeito ao relacionamento com o outro e à possibilidade de reflexão crítica, considerando três categorias de análise: racionalidade tecnológica, preconceito e narcisismo. A hipótese é de que os sujeitos tendem a manifestar menor grau de preconceito e narcisismo e maior nível de adesão à ideologia da racionalidade tecnológica.

Objetivo 1: identificar atitudes de alunos de graduação em Psicologia em relação à manifestação de preconceito, à adesão a racionalidade tecnológica e à manifestação de narcisismo.

Hipótese 1: os graduandos em Psicologia tendem a obter baixo escore na subescala de preconceito e alto escore nas demais subescalas – de narcisismo e de racionalidade tecnológica.

Objetivo 2: examinar a correlação existente entre as três categorias de análise: preconceito, racionalidade tecnológica e narcisismo.

Hipótese 2: existe correlação forte entre a racionalidade tecnológica e narcisismo e correlação fraca entre estas categorias e o preconceito.

As hipóteses foram formuladas tendo em consideração que o tema *diversidade* tem sido bastante discutido tanto na educação quanto na mídia e nos próprios Conselhos de Psicologia, o que poderia levar os sujeitos a dissimularem ou a não manifestarem preconceito.

O método compreende a aplicação de uma escala Likert de atitudes e opiniões, denominada escala de Experiência com o outro (escala E), e o tratamento estatístico dos resultados. A Escala E, criada para a pesquisa em discussão, recebeu este nome porque a avaliação das atitudes, como expressões das categorias de análise estudadas, indica o modo como acontece a experiência de relacionamento com o outro.

De acordo com Adorno *et al.* (1969), uma escala de atitudes e opiniões é composta por uma série de proposições acerca de um determinado tema e o sujeito deve responder informando se concorda ou discorda dos itens. As respostas são convertidas em pontos, de modo que uma alta pontuação indica alta intensidade do que se mede e uma baixa pontuação significa o oposto. Assim como nos estudos sobre a personalidade autoritária (Adorno *et al.*, 1969), optou-se por uma escala do tipo Likert, que mede a intensidade de opiniões e atitudes, pois o sujeito indica seu grau de concordância ou discordância em relação a cada item, o que permite a determinação mais adequada das diferenças sutis entre grupos e indivíduos. Baquero (1968) ressalta que uma escala do tipo Likert tem poucos itens e mantém um bom nível de precisão e validade.

Opiniões, atitudes e valores são expressos mais ou menos abertamente em palavras, porém quando estão em discussão minorias ou questões políticas, por exemplo, o grau de abertura das pessoas se modifica, podendo haver maior discrepância entre o que dizem, o que pensam e o que realmente fazem. Embora considerem a discrepância entre o que se diz em diferentes situações (entre amigos, em público, ou o que se pensa e não se diz em voz alta, por exemplo) e o que se faz, os autores da pesquisa sobre a personalidade autoritária concebem estes fenômenos como constituintes de uma única estrutura – a personalidade –, que contém contradições e consistências, mas é organizada e mais ou menos persistente, pois suas partes constituintes relacionam-se de modos psicologicamente significativos e conferem consistência ao comportamento (Adorno *et al.*, 1969). Sendo assim, entende-se que as atitudes verificadas na pesquisa não são os comportamentos efetivos dos sujeitos, mas sim expressão de sua prontidão, isto é, de sua potencialidade de ação.

A partir das pesquisas de Adorno *et al.* (1969) e de Crochík (1999), foi elaborada a Escala E, tendo como referência a Escala de Fascismo, Escala F na forma 45/40 (Adorno *et al.*, 1969), a Escala da Ideologia da Racionalidade Tecnológica e a Escala de Características Narcisistas de Personalidade (Crochík, 1999). Em ambas as pesquisas as escalas são divididas em subescalas em que itens referentes a temas específicos são agrupados. Na presente pesquisa, as categorias de análise investigadas constituem subescalas cujos itens representam suas principais características. Alguns itens foram mantidos em sua forma original, conforme empregados nas citadas escalas; outros foram modificados em sua redação e outros criados pela autora da pesquisa. A ordem de apresentação dos itens foi sorteada para evitar que os sujeitos categorizassem temas sequencialmente. Um item é repetido uma vez para verificar a atenção do sujeito às respostas.

Em relação às escalas da Ideologia da racionalidade tecnológica e de Características narcisistas de personalidade, considerou-se a análise feita por Crochík (1999) na validação do instrumento e foram selecionados os itens que apresentaram bom índice de discriminação. Em relação à escala F, foram selecionados os itens que investigam as principais características associadas ao preconceito.

A concordância com um item não indica a adesão à ideologia da racionalidade tecnológica, a personalidade narcisista ou elevado nível de preconceito; é a concordância com várias afirmações que indica a presença das categorias de análise pesquisadas (Adorno *et al.*, 1969; Crochík, 1999). Quanto maior o escore do sujeito em cada subescala, maior a tendência de manifestar suas características. Ou

seja, em cada subescala, o sujeito que escolhe frequentemente a opção de acentuada concordância mostrará as características investigadas de forma acentuada, enquanto o sujeito que selecionar com frequência a opção de discordância acentuada apresentará menor tendência à manifestação de tais características.

Quem obtiver alto escore na Escala E tem sua experiência sua experiência espontânea prejudicada. Considera-se que quanto maior a pontuação na escala menores a espontaneidade; a percepção das diferenças individuais e culturais e, também, das contradições sociais; a tolerância à diferença; a possibilidade de crítica ao existente e de vislumbrar, ou buscar, formas alternativas de organização social; maiores a rigidez do pensamento; o apego à técnica; a impessoalidade e a tendência a evitar contato, com afeto, com outros e consigo; a valorização de relacionamentos superficiais e o desprezo pela subjetividade. A falta de crítica em relação aos problemas sociais, políticos e educacionais faz com que a responsabilidade seja subjetivada, isto é, atribuída aos indivíduos. A subjetivação da impotência, no lugar da consciência clara e emancipada, contribui para que as condições objetivas permaneçam inalteradas (Adorno, 2011).

A pontuação atribuída a cada resposta tanto no estudo piloto quanto na aplicação final, é a seguinte: a) marcada oposição, desacordo (discordo totalmente): 1 ponto; b) moderada oposição, desacordo (discordo acentuadamente): 2 pontos; c) leve oposição, desacordo (discordo pouco): 3 pontos; d) leve apoio, acordo (concordo pouco): 5 pontos; e) moderado apoio, acordo (concordo acentuadamente): 6 pontos; f) marcado apoio, acordo (concordo totalmente): 7 pontos.

Um pré-teste foi realizado para validação do instrumento de pesquisa. Um processo de validação visa refinar o instrumento para que ele seja preciso e objetivo. A ideia é reduzir o número de itens para a versão final da escala, de modo que sejam selecionados os mais precisos e eficazes na diferenciação da amostra, ou seja, na distinção entre sujeitos que tendem a concordar com os itens e os que tendem a discordar. A validação da escala E foi realizada com base em três testes estatísticos: o índice de discriminação, a correlação e o alfa de Cronbach. Após este procedimento e ajustes do instrumento, o questionário e a escala foram aplicados na amostra final.

O estudo piloto do instrumento de pesquisa foi realizado em uma faculdade privada, no curso de Psicologia da cidade de São Paulo, em uma turma de quinto semestre. Vinte e quatro alunos aceitaram participar e responderam; cinco questionários foram desconsiderados por não obedecerem às instruções (não responderam a todas as perguntas, selecionaram mais de uma opção de resposta em um ou mais itens ou rasuraram), sendo considerados, portanto, dezenove questionários.

A validação da Escala E foi realizada com base em dois critérios: a análise empírica dos itens e a análise da fidedignidade do teste. A análise empírica dos itens visa avaliar se o item é adequado para medir o que ele se propõe a medir (Pasquali, 2011). A técnica utilizada foi o cálculo do índice de discriminação (ID). A característica do teste de medir com precisão é denominada fidedignidade, confiabilidade ou precisão e é medida por testes de estimação de fidedignidade (Paquali, 2011). Para determinar a fidedignidade da Escala E, dois testes estatísticos foram utilizados: a correlação e o alfa de Cronbach.

Primeiro, para o cálculo do ID, os sujeitos foram divididos em sujeitos de alto escore e sujeitos de baixo escore. Esse índice serve para avaliar a discriminação dos itens da escala, isto é, se permitem diferenciar sujeitos que obtiveram escores altos dos que obtiveram escores baixos no teste, ou seja, aqueles que tendem dos que não tendem a manifestar as características investigadas. O ID é calculado subtraindo-se, para cada item, a pontuação média dos sujeitos de escore baixo da pontuação média

dos sujeitos de escore alto (Pasquali, 2011). Os seguintes critérios de avaliação foram estabelecidos: os itens com  $ID \geq 1$  foram considerados discriminativos, os com  $ID < 1$  foram considerados não discriminativos, sendo que os com  $ID < 0,70$  deveriam ser excluídos e os itens com  $0,70 \leq ID < 1$  poderiam ser reformulados quanto à redação, dependendo do resultado do teste seguinte; itens com ID de valor negativo não foram considerados discriminativos e foram excluídos.

O teste estatístico realizado em seguida foi a correlação ( $R_{ic}$ ), que verificou a validade dos itens, isto é, a correspondência entre o item e aquilo que ele se propõe a medir; havendo alta correspondência, o item foi considerado válido (Pasquali, 2011). Para tanto, calculou-se a correlação entre cada item e a correspondente subescala, excetuando-se os itens excluídos após o primeiro teste. Um índice de correlação com valor igual a 1 indica uma correlação perfeita e com valor igual a zero indica correlação nula. A avaliação do  $R_{ic}$  obedeceu aos critérios estabelecidos por Garret (1937) e Baquero (1973): a)  $R_{ic}$  de 0,00 a  $\pm 0,20$  indica indiferente ou imperceptível relação; b)  $R_{ic}$  de  $\pm 0,20$  a  $\pm 0,40$  indica baixa relação, presente, mas leve; c)  $R_{ic}$  de  $\pm 0,40$  a  $\pm 0,70$  indica substancial ou marcada relação; d)  $R_{ic}$  de  $\pm 0,70$  a  $\pm 1,00$  indica alta ou muito alta relação.

A manutenção, reformulação ou exclusão de itens foi definida a partir de alguns parâmetros. O item foi excluído em três situações: a) quando valor de ID foi negativo; b) quando  $ID < 0,70$ ; c) quando  $0,70 \leq ID < 1$  e  $R_{ic}$  indicou baixa relação entre item e subescala. O item foi reformulado em apenas uma situação: quando  $0,70 \leq ID < 1$  e  $R_{ic}$  indicou substancial relação entre item e subescala. O Quadro 1 apresenta os itens da versão final da escala E e indica à qual ou a quais subescalas o item pertence.

Quadro 1. Versão final da escala E e distribuição dos itens nas subescalas

Item	Subescala
1 A escola deveria se voltar mais para ensinamentos úteis para o trabalho do que para a formação geral.	Racionalidade tecnológica
2 Os avanços científicos e tecnológicos proporcionam somente benefícios.	Racionalidade tecnológica
3 Tal como é a natureza humana, sempre haverá guerras e conflitos.	Preconceito
4 Ao invés de se lamentar por situações problemáticas é melhor se ocupar das questões práticas da vida.	Preconceito
5 Os crimes sexuais tais como o estupro ou ataques a crianças merecem mais que a prisão; quem comete estes crimes deveria ser castigado publicamente ou receber uma punição pior.	Preconceito
6 Não me sinto confortável quando as pessoas se interessam ou se intrometem em meus assuntos pessoais.	Narcisismo Preconceito
7 Devemos aceitar a realidade tal como ela é.	Racionalidade tecnológica
8 A obediência e o respeito pela autoridade são as principais virtudes que devemos ensinar a nossas crianças.	Preconceito
9 A escolha profissional deveria ser feita levando-se em consideração, principalmente, os fatores objetivos (remuneração, reconhecimento social etc.).	Racionalidade tecnológica
10 Acho perda de tempo refletir sobre os acontecimentos passados.	Narcisismo
11 Prefiro ter um computador com acesso à Internet a ter uma estante cheia de livros.	Racionalidade tecnológica
12 O que mais os jovens necessitam é uma disciplina estrita, firme determinação e vontade de trabalhar e lutar pela família e pela pátria.	Preconceito
13 Não adio as possibilidades de prazer.	Narcisismo
14 Uma boa aparência é fundamental para o sucesso em todas as áreas da vida.	Narcisismo
15 Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes.	Preconceito
16 Se falássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor.	Preconceito
17 No capitalismo, o sucesso na vida depende, principalmente, do indivíduo.	Racionalidade tecnológica
18 Prefiro ter muitos amigos, mesmo que não sejamos íntimos, a ter poucos amigos íntimos.	Narcisismo

19	Como castigo para os homens, por sua natureza violenta e agressiva, é possível que o mundo inteiro seja destruído por uma catástrofe.	Preconceito
20	O lazer deve ser uma recomposição de forças para se voltar ao trabalho ou ao estudo.	Racionalidade tecnológica
21	As famílias de hoje são menos estruturadas que as de antigamente e por isso os filhos tem mais problemas emocionais.	Preconceito
22	A promiscuidade, além de indecente, traz riscos à saúde.	Racionalidade tecnológica Preconceito
23	O lazer vem depois do dever cumprido.	Racionalidade tecnológica
24	A maioria das pessoas não imagina até que ponto a nossa vida está dirigida por complôs forjados em lugares secretos.	Racionalidade tecnológica Preconceito
25	Um indivíduo de más maneiras, maus costumes e má educação dificilmente pode fazer amizades com pessoas decentes.	Preconceito
26	Tal como é a natureza humana, sempre haverá guerras e conflitos.	Preconceito
27	Quando desejo alguma coisa, nada me impede de consegui-la	Narcisismo
28	Basta acreditar em si mesmo e ter força de vontade para alcançar sucesso na vida.	Racionalidade tecnológica Preconceito

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: Um item pode fazer parte de mais de uma subescala.

## 5. Resultados

Na faculdade selecionada havia, em 2012, quando a pesquisa foi realizada, 910 alunos matriculados. O curso era composto por 10 semestres e oferecido nos períodos matutino ou noturno. A amostra prevista era de 110 sujeitos dos primeiros e quintos semestres de ambos os períodos, o que significa 12% do total de alunos. O questionário não foi aplicado na turma de quinto semestre que participou do pré-teste.

Os alunos que aceitaram participar da pesquisa receberam e assinaram duas vias do Termo de consentimento livre e esclarecido (ambas foram assinadas, uma ficou com o participante e a outra foi devolvida à pesquisadora) e o instrumento de pesquisa (composto pelo Questionário de hábitos de uso de Internet e pela Escala E). O número estipulado para a amostra (110) não foi alcançado com essas turmas, sendo assim, aplicou-se também o instrumento em uma turma do terceiro semestre (turma à qual o acesso foi possível). Do total de 110 questionários obtidos, 38 foram desconsiderados pelos seguintes motivos: rasuras, questões ou itens da escala sem resposta, itens da escala com mais de uma opção selecionada e respostas diferentes ao item de atenção (itens 3 e 26). A amostra final foi composta por 72 sujeitos. A Tabela 1 apresenta as características da amostra:

Tabela 1. Características da amostra

Descrição	Quantidade	Proporção
Feminino	61	0,85
Masculino	11	0,15
1° Sem	32	0,44
3° Sem	25	0,35

5° Sem	15	0,21
Manhã	47	0,65
Noite	25	0,35
Trabalha	49	0,68
Não trabalha	23	0,32
Total de sujeitos	72	-

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

As pontuações mínimas e máximas que poderiam ser alcançadas na escala E e nas subescalas são apresentadas na Tabela 2. O ponto médio da escala é 108.

Tabela 2. Quantidade de itens e pontuações mínima e máxima das subescalas

Subescalas	Itens	Pontuação mínima	Pontuação máxima
Escala E	27	27	189
Racionalidade tecnológica	11	11	77
Narcisismo	6	6	42
Preconceito	14	14	98

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: Alguns itens pertencem a duas subescalas, portanto, as somas das pontuações mínima e máxima das subescalas são superiores às pontuações mínima e máxima da escala E.

A menor pontuação obtida foi 68 e a maior, 153. Dos 72 sujeitos, 1 obteve 108 pontos; 0,35 da amostra (25 sujeitos) obteve baixo escore e 0,64 da amostra (46 sujeitos) obteve alto escore, o que indica que a maior parte dos sujeitos tende a concordar com os itens da escala. A Tabela 3 apresenta a Média, o Desvio Padrão e a Significância para cada item da escala E.

Tabela 3. Média e Desvio Padrão e Significância dos itens da Escala E

Item	Média	Desvio Padrão	Significância
1	3,69	1,62	2,28*
2	3,56	1,93	1,84
3	5,29	1,83	2,89**
4	5,47	1,55	3,53**
5	4,72	2,05	2,30*
6	4,97	1,68	2,96**
7	3,25	2,07	1,57
8	4,24	1,92	2,21*
9	3,32	2,01	1,65
10	2,21	1,41	1,57
11	3,56	1,88	1,89
12	4,31	1,85	2,33*
13	4,78	1,69	2,83**
14	4,25	1,98	2,15*

15	2,49	1,98	1,26
16	4,14	2,16	1,92
17	4,56	1,87	2,44*
18	1,81	1,40	1,29
19	3,60	2,22	1,62
20	5,63	1,76	3,20**
21	4,61	1,80	2,56*
22	4,74	1,83	2,59**
23	5,24	1,70	3,08**
24	4,33	1,97	2,20*
25	4,14	2,02	2,05*
27	5,43	1,43	3,80**
28	6,07	1,33	4,56**

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: O item 26 é o item de atenção.

Nota: \* Índice maior que 1,96, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 5%.

Nota: \*\* Índice maior que 2,58, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 1%.

A significância da média diz respeito à possibilidade de, num universo com média igual a zero, aparecer uma média igual à obtida na amostra. Caso essa probabilidade seja grande, a média da amostra deve ser rejeita, na medida em que tal resultado indicaria que a amostra não representa a população pesquisada (Baquero, 1973). Há dois níveis de significância (ou confiança): 5% e 1%. Uma média significativa ao nível de confiança de 5% tem esta probabilidade de estar errada e 95% de probabilidade de estar correta; com nível 1%, que é mais rigoroso, tem esta probabilidade de estar errada e 99% de estar certa. Para o nível de confiança 5%, o índice de significância deve ser maior que 1,96; para 1%, superior a 2,58. Dos 27 itens, 9 são significativos ao nível 1%, 9 ao nível 5% e 9 não alcançaram estes níveis.

A Média indica o ponto em torno do qual os dados se distribuem. O desvio padrão é uma medida de dispersão, ou seja, refere-se à variabilidade dos dados medindo a dispersão em torno da média (Baquero, 1973; Vieira, 1981).

O ponto médio de cada item é 4, já que a pontuação varia entre 1 e 7. A maior parte dos itens obteve média entre 3 e 5, sendo que 3 itens (10, 15 e 18) obtiveram médias inferiores a 3 e 6 itens (3, 4, 20, 23, 27 e 28) obtiveram médias superiores a 5. Os desvios padrões foram elevados, todos superiores a 1, o que indica que as respostas dos sujeitos variaram, sugerindo que os itens permitiram a diferenciação entre os sujeitos, uma vez que as respostas estão bem distribuídas entre a concordância e a discordância. Esse fato indica, por sua vez, que a escala foi eficaz na distinção entre os sujeitos que concordam e discordam dos itens, lembrando que os sujeitos que tendem a concordar com os itens são os que têm escores mais altos e, por expressarem em suas atitudes adesão à racionalidade tecnológica, traços de preconceito e de narcisismo, podem tender a ter maior dificuldade de relação com outro.

A Tabela 4 apresenta os mesmos testes estatísticos calculados em relação às subescalas.

Tabela 4. Média, Desvio Padrão e Significância das subescalas da Escala E

Subescala	Média	Desvio Padrão	Significância
Racionalidade tecnológica	4,36	0,70	6,23**
Narcisismo	4,00	0,80	5,03**
Preconceito	4,43	0,88	5,02**

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: \*\* Índice maior que 2,58, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 1%.

As médias estão próximas ao ponto médio e os desvios padrões estão próximos a 1, o que indica coesão nas respostas aos itens das subescalas. Já os índices de significância das médias das subescalas alcançaram o critério mais rigoroso, de 1%.

O Alfa de Cronbach, que, conforme descrito anteriormente, verifica a consistência interna do teste (Pasquali, 2011), foi calculado para a escala E e para cada uma das subescalas. Os resultados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5. Alfa de Cronbach da Escala E e das subescalas

Subescala	Alfa de Cronbach	Classificação
Escala E	0,77	Correlação alta
Racionalidade tecnológica	0,50	Correlação moderada
Narcisismo	0,37	Correlação baixa
Preconceito	0,72	Correlação alta

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Retomando os critérios de Garret (1937) e Baquero (1973), tem-se que um índice de correlação com valor igual a 1 indica uma correlação perfeita, com valor igual a zero, indica correlação nula; os demais valores obedecem ao seguinte critério:

- a) Entre 0,90 e 1 indica uma correlação muito intensa,
- b) Entre 0,70 e 0,90 indica uma correlação alta;
- c) Entre 0,40 e 0,70 indica uma correlação moderada;
- d) Entre 0,20 e 0,40 indica uma correlação baixa;
- e) Entre 0 e 0,20 indica uma correlação muito pequena.

A escala E apresentou correlação alta, ou seja, boa consistência interna entre os itens; a subescala racionalidade tecnológica apresentou correlação moderada; a subescala narcisismo apresentou correlação baixa e a subescala preconceito apresentou correlação alta.

## 6. Análise dos Dados

Neste item são analisados e discutidos os resultados obtidos em relação aos objetivos e hipóteses da presente pesquisa.

A Hipótese 1 estabelecia que os graduandos em Psicologia obteriam baixo escore na subescala de preconceito e alto escore nas demais subescalas – de narcisismo e de racionalidade tecnológica. Supunha-se que, frente à atualidade das discussões pertinentes à diversidade cultural, sexual, étnica, e social, os sujeitos dissimulariam ou a não manifestariam preconceito. Entretanto, a amostra mostrou nível de preconceito mais elevado que os níveis de narcisismo e de adesão à ideologia da racionalidade tecnológica – a subescala de preconceito obteve média 4,43, a de racionalidade tecnológica, 4,36 e a de narcisismo, 4,00 (ver Tabela 4). Como ressaltam Adorno *et al.* (1969) ao descreverem a elaboração

da escala F, os itens não explicitam o que a escala pretende verificar, evitando que o sujeito perceba quais são os temas investigados e que tal percepção interfira nas respostas. O mesmo cuidado foi tomado nesta pesquisa. Se as afirmações fossem mais explícitas, é provável que os sujeitos respondessem discordando do item e dissimulando o nível de preconceito. Tendo sido possível verificar esse grau de manifestação de preconceito, considera-se que a escala E foi eficaz na identificação de potenciais de atitudes dos estudantes de Psicologia.

As Tabelas 6, 7 e 8 apresentam as médias, desvios padrões e nível de significância para os itens de cada subescala.

Tabela 6. Média, Desvio Padrão e Significância dos itens da subescala de Preconceito

Item	Média	Desvio Padrão	Significância
3	5,29	1,83	2,89**
4	5,47	1,55	3,53**
5	4,72	2,05	2,30*
6	4,97	1,68	2,96**
8	4,24	1,92	2,21*
12	4,31	1,85	2,33*
15	2,49	1,98	1,26
16	4,14	2,16	1,92
19	3,60	2,22	1,62
21	4,61	1,80	2,56*
22	4,74	1,83	2,59**
24	4,33	1,97	2,20*
25	4,14	2,02	2,05*
28	6,07	1,33	4,56**

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: \* Índice maior que 1,96, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 5%.

Nota: \*\* Índice maior que 2,58, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 1%.

Na subescala de preconceito, composta por 14 itens, apenas 2 (15 – “Os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os fracos e os fortes” e 19 – “Como castigo para os homens, por sua natureza violenta e agressiva, é possível que o mundo inteiro seja destruído por uma catástrofe”) obtiveram média inferior à 4,00. A média do item 19 está próxima ao ponto médio, já a do item 15 indicou que os sujeitos tendem a discordar do item. É provável que, por conta da ênfase do curso de Psicologia no indivíduo, os sujeitos compreendam que o ser humano é mais complexo que a mera divisão entre fortes e fracos.

Os itens 3, 4 e 28 obtiveram as médias mais elevadas (acima de 5,00) e bons níveis de significância. São eles: 3 – “Tal como é a natureza humana, sempre haverá guerras e conflitos”, 4 – “Ao invés de se lamentar por situações problemáticas é melhor se ocupar das questões práticas da vida” e 28 – “Basta acreditar em si mesmo e ter força de vontade para alcançar sucesso na vida”. A amostra demonstra tendência a concordar com a naturalização da violência e da agressividade, com o desprezo das condições objetivas (políticas, sociais e econômicas) e das questões subjetivas. Chama atenção a concordância com o item 4, que enfatiza aspectos práticos da vida em detrimento dos aspectos subjetivos. Espera-se o contrário daqueles que se ocupam da Psicologia.

Tabela 7. Média, Desvio Padrão e Significância dos itens da subescala de Racionalidade tecnológica

Item	Média	Desvio Padrão	Significância
------	-------	---------------	---------------

1	3,69	1,62	2,28*
2	3,56	1,93	1,84
7	3,25	2,07	1,57
9	3,32	2,01	1,65
11	3,56	1,88	1,89
17	4,56	1,87	2,44*
20	5,63	1,76	3,20**
22	4,74	1,83	2,59**
23	5,24	1,70	3,08**
24	4,33	1,97	2,20*
28	6,07	1,33	4,56**

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: \* Índice maior que 1,96, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 5%.

Nota: \*\* Índice maior que 2,58, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 1%.

Na subescala de Racionalidade tecnológica, composta por 11 itens, a média de 8 itens ficou entre 3,00 e 5,00, isto é, próximas ao ponto médio; e 3 itens obtiveram média superior a 5,00. Tais itens também obtiveram bom nível de significância. São eles: 20 – “O lazer deve ser uma recomposição de forças para se voltar ao trabalho ou ao estudo”, 23 – “O lazer vem depois do dever cumprido” e 28 – “Basta acreditar em si mesmo e ter força de vontade para alcançar sucesso na vida”. A amostra parece concordar com a cisão entre trabalho e lazer, própria da racionalidade tecnológica.

A tendência a concordar com o item 28, que faz parte das subescalas de preconceito e de racionalidade tecnológica, mostra a subjetivação da impotência pela atribuição da responsabilidade pelas condições objetivas ao indivíduo, o que contribui para que estas mesmas condições permaneçam inalteradas (Adorno, 2011). É interessante retomar que, quando da validação da escala E, os itens que envolviam política não obtiveram bom índice de discriminação e foram excluídos. Vale insistir na verificação destes aspectos em pesquisas futuras que utilizem este instrumento ou outro similar.

Tabela 8. Média, Desvio Padrão e Significância dos itens da subescala de Narcisismo

Item	Média	Desvio Padrão	Significância
6	4,97	1,68	2,96**
10	2,21	1,41	1,57
13	4,78	1,69	2,83**
14	4,25	1,98	2,15*
18	1,81	1,40	1,29
27	5,43	1,43	3,80**

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Nota: \* Índice maior que 1,96, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 5%.

Nota: \*\* Índice maior que 2,58, média estatisticamente significativa ao nível de confiança de 1%.

Na subescala de narcisismo, composta por 6 itens, as médias entre os itens variaram mais, a distinção entre os indivíduos que tendem a concordar ou discordar dos itens ficou mais evidente. Os itens 10 – “Acho perda de tempo refletir sobre os acontecimentos passados” e 18 – “Prefiro ter muitos amigos, mesmo que não sejamos íntimos, a ter poucos amigos íntimos” obtiveram as menores médias. A tendência a discordar do item 18 pode ter relação com a ênfase do curso nas relações afetivas. Entretanto, é importante destacar que não é possível verificar, a partir dos resultados obtidos, se esta tendência se deve à ênfase do curso ou às características pessoais de quem escolhe cursar Psicologia.

Os objetivos desta pesquisa não contemplavam essa verificação, mas seria interessante que outras pesquisas o fizessem.

Considerando a tendência expressa pela amostra de atribuição de responsabilidade ao indivíduo e de desprezo das condições objetivas, pode-se questionar se a ênfase do curso na história de vida pessoal e individual faz com que a amostra discorde do item 10 ao mesmo tempo em que tende a concordar com os itens 3 e 28. Isso seria consistente com o curso, que estuda o desenvolvimento humano, geralmente com ênfase na infância; com as teorias psicológicas, especialmente a Psicanálise (cujo ensino costuma ter destaque nos cursos) e com a característica dos cursos de enfatizar tanto a compreensão quanto a prática clínica. Esses elementos enfatizam a reflexão sobre a história de vida individual. É possível que isso reforce a atribuição de responsabilidade pelo sucesso ou fracasso na vida ao indivíduo e o desprezo das condições objetivas.

Esta é uma das críticas que Adorno (1991) tece à Psicanálise ao compreender que a teoria transforma pulsões de natureza social em natureza do indivíduo, harmonizando tendências psicológicas individuais e sociais, o que acaba por confirmar a sociedade existente, perpetuando a estrutura social e adaptando os indivíduos sem que critiquem as condições objetivas.

A Tabela 9 apresenta a correlação entre as subescalas. A correlação indica o comportamento conjunto de duas ou mais variáveis distintas. A correlação pode ser positiva quando as variáveis analisadas seguem uma mesma direção, ou negativa, quando seguem direções opostas (Baquero, 1973; Vieira, 1981). Calcula-se a correlação em pares.

Tabela 9. Correlação entre subescalas

Subescalas	Racionalidade tecnológica	Narcisismo	Preconceito
Racionalidade tecnológica	-	0,48	0,68
Narcisismo	0,48	-	0,40
Preconceito	0,68	0,40	-

Fonte: Zampronha, Maria. (2012).

Vê-se que há correlações positivas entre todas as subescalas, ou seja, todas variam na mesma direção. A hipótese 2 propunha existir correlação forte entre a racionalidade tecnológica e o narcisismo e correlação fraca entre essas duas categorias e o preconceito. Com os mesmos critérios empregados nos demais testes estatísticos (Garret, 1937; Baquero, 1973), verificou-se que:

- Há correlação moderada entre as subescalas de racionalidade tecnológica e narcisismo;
- Correlação moderada, quase alta entre as subescalas de preconceito e racionalidade tecnológica;
- Correlação no limite entre moderada e baixa entre as subescalas de preconceito e narcisismo.

A correlação mais forte é entre preconceito e racionalidade tecnológica e não entre racionalidade tecnológica e narcisismo, conforme previa a hipótese. As correlações mais baixas envolvem a subescala de narcisismo. Esse resultado é coerente com os resultados anteriores, isto é, as manifestações de narcisismo são menores e as de preconceito são maiores.

## Considerações Finais

Os objetivos propostos foram alcançados e os testes estatísticos demonstraram que o instrumento de pesquisa, a Escala E, foi bastante eficiente na obtenção de dados fidedignos. Dentre os resultados, o que mais chama a atenção é o nível de preconceito manifestado pelos sujeitos, contrariando a hipótese de que debates sociais, políticos, quanto à sexualidade, diferenças de classe social e etnia, tanto ao longo da formação, quanto na mídia e nos Conselhos, faria com que os sujeitos não o manifestassem. A aparente adesão à ideologia da racionalidade tecnológica também é um dado interessante. Este resultado faz sentido quando se considera que o tipo de experiência predominante na sociedade administrada é mediado e não espontâneo, o que condiz com a característica presente no preconceito de abrir mão da experiência com objeto.

A manifestação em menor grau do narcisismo em relação às demais categorias não é um resultado surpreendente, uma vez que lidar com afetos e com o olhar para o outro são exercícios constantes na formação do psicólogo e, mesmo que haja dificuldade pessoal, o aluno é incentivado a fazer tais exercícios. Ao mesmo tempo, pode-se compreender porque a amostra manifestou uma tendência a responsabilizar o indivíduo pelas condições objetivas. Os resultados parecem indicar que o olhar dos alunos tende a voltar-se para o indivíduo e sua história pessoal, fazendo com que ele seja visto como responsável pela manutenção ou transformação social, de modo que aspectos sociais, políticos, econômicos e históricos não parecem ser considerados pelos sujeitos. Tal resultado é corroborado pela concordância com a naturalização da violência e da agressividade.

De acordo com Adorno (2011), a falta de crítica em relação aos problemas sociais, políticos e educacionais faz com que a responsabilidade seja subjetivada, isto é, atribuída aos indivíduos. A subjetivação da impotência, no lugar da consciência clara e emancipada, contribui para que as condições objetivas permaneçam inalteradas. Tal subjetivação na prática dos psicólogos é descrita por Mello, Patto (2008), que destacam uma crença comum entre estes profissionais, fundamentada em teorias da própria Psicologia, de que esta é uma sociedade de oportunidades sociais iguais e que as capacidades individuais são diferentes, de modo que há indivíduos aptos e inaptos, capazes e incapazes, superiores e inferiores.

Com isso, pode-se pensar se o profissional recorre à ciência e à normatização, o que é característica da racionalidade tecnológica, para justificar problemas sociais. Apartando o indivíduo da sociedade e buscando explicações psicológicas, especialmente fundamentadas em pesquisas científicas, o indivíduo se poupa de questionar a sociedade vigente e as consequências de sua atuação profissional como ação que reproduz e mantém a sociedade, conformando e adoecendo o indivíduo.

Ao conformar o indivíduo a tal situação, o psicólogo deixa de contribuir para a resistência, para o esclarecimento e para a mudança do clima social, conforme propõe a Psicologia Política. Porém, ele assim o faz em decorrência de sua própria formação acadêmica – e escolar –, o que remete ao conceito de pseudoformação. A formação é a apropriação subjetiva da cultura e só é possível numa sociedade autônoma, sem *status* e sem exploração. Sendo assim, na sociedade de classes, a formação não é possível. Nesta sociedade, a consciência renuncia a autodeterminação, se limita a elementos culturais aprovados e fortalece a ideologia (Adorno, 1972). Por isso, a reflexão crítica sobre o que se estuda é fundamental. Críticas aos atuais cursos de graduação em Psicologia os definem como transmissores de conhecimentos sobre teorias e técnicas de avaliação psicológica e psicoterapia que deixam de lado a formação intelectual dos psicólogos (Mello; Patto, 2008; Ramos, 2012). Esta prática é contrária à concepção de educação de Adorno (2011), que define seu objetivo como o de produzir uma

consciência verdadeira, que é um requisito da democracia, que, por sua vez, demanda pessoas emancipadas.

Os resultados da pesquisa e no presente artigo destacados mostram que os alunos parecem conseguir se relacionar com o outro, mas sua experiência é permeada pelo preconceito e pelo uso da técnica. Com essas informações, cabe perguntar o quanto a experiência com o outro, quando esta é possível nesta sociedade, guarda de espontaneidade e de seu caráter genuíno e, conseqüentemente, como os psicólogos podem contribuir para o esclarecimento, especialmente para a conscientização de mecanismos que levam ao preconceito, quando eles próprios manifestam preconceito e parecem ter pouca consciência crítica em relação a temas importantes, como a política e o uso da tecnologia?

A principal característica indicada por um escore alto na escala E é a ausência da consciência crítica, que é o que permite que a atuação do psicólogo contribua para o esclarecimento. Por isso, reitera-se a importância de uma formação que fortaleça a capacidade de reflexão crítica dos sujeitos, tanto no sentido de consciência de si quanto de crítica das condições objetivas da sociedade, para que profissionais e pesquisadores da área contribuam para a transformação social por meio de sua prática e da produção de conhecimento.

## Referências Bibliográficas

---

- Adorno, Theodor W., & Frenkel-Brunnswik, Else., Levinson, Daniel J., e cols.. (1969). *The authoritarian personality*. New York: W. W. Norton & Company, Inc.
- Adorno, Theodor W. (1972). Teoria da pseudocultura. Em Theodor. W. Adorno. *Filosofia y superstición*. Madrid: Alianza Editorial.
- Adorno, Theodor W. (1991). De La relación entre sociología e psicología. Theodor. W. Adorno. *Actualidad de La Filosofía*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Adorno, Theodor W. (2011). *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra. Original publicado em 1971).
- Baquero, Godeardo. (1968). *Testes psicrométricos e projetivos: esquemas para construção, análise e avaliação*. São Paulo: Edições Loyola.
- Crochík, José L. (1990). A personalidade narcisista segundo a escola de Frankfurt e a ideologia da racionalidade tecnológica. *Psicologia – USP*, São Paulo, 1(2), 141-154.
- Crochík, José L. (1999). *A ideologia da racionalidade tecnologia e a personalidade narcisista*. Tese de Livre-docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Crochík, José L. (Org.) (2011). *Preconceito e educação inclusiva*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos – SDH.
- Garret, Henry E. (1937). *Statistics in Psychology and Education*. New York: Longmans, Green and Co.
- Horkheimer, Max., & Adorno, Theodor W. (1973). *Temas básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix. (Original publicado em 1956).
- Horkheimer, Max., & Adorno, Theodor W. (2006). *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Original publicado em 1969).
- Marcuse, Herbert. (1998). *Tecnologia, guerra e fascismo*. Coletânea de textos de Herbert Marcuse. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Martin-Baró, Ignacio. (1983). El Papel del Psicólogo en un Proceso Revolucionario. Acessado em 04/01/2016, de: [http://www.catedralibremartinbaro.org/pdfs/1980\\_El\\_papel\\_del\\_psicologo\\_en\\_un\\_proceso\\_revolucionario.pdf](http://www.catedralibremartinbaro.org/pdfs/1980_El_papel_del_psicologo_en_un_proceso_revolucionario.pdf)
- Martin-Baró, Ignacio. (1985). *La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica*. Boletín de n AVEPSO, vol. 11(3), 3-9. Acessado em 04/01/2016, de: [http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1985-La-desideologizacion-como-aporte-de-la-psicologia-social-al-desarrollo-AVEPSO1985-8-3-3\\_9.pdf](http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/wp-content/uploads/2015/11/1985-La-desideologizacion-como-aporte-de-la-psicologia-social-al-desarrollo-AVEPSO1985-8-3-3_9.pdf)
- Martín-Baró. (2013). Psicologia política Latino-Americana. *Revista Psicología Política*, 13(28), 559-573. Acessado em 17/05/2018, de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2013000300010&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300010&lng=pt&tlng=pt).
- Mello, Sylvia L., & Patto, Maria H. S. 2008. Psicologia da violência ou violência da Psicologia? *Psicologia – USP*. São Paulo, 19(4), 591-594.
- Montero, Maritza. (2015). Para que Psicologia Política? Em: Sila, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (org.) *No interstício das interdisciplinaridades: a psicologia política*. 1ª ed. Curitiba: Prismas.

- Pasquali, Luiz. 2011. *Psicometria. Teoria dos testes na Psicologia e na Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Ramos, C. (2012). Tirando a venda dos espertos. Reflexões sobre a formação dos psicólogos em tempos de cinismo. Em: M. H. S. Patto (org.), *Formação do psicólogo e relações de poder: sobre a miséria da Psicologia* (pp. 153-202). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rosa, Leandro., & Silva, Alessandro S. (2012). A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. Em Almeida, Marco A. B., Silva, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (orgs.) *Psicologia Política: Debates e Embates de um campo Interdisciplinar*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. Pp9-36. Acessado em 21/11/2015, de: [http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia\\_politica.pdf](http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf)
- Silva, Alessandro S. (2012a). *Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo.
- Silva, Alessandro S. (2015). A Psicologia Política: ser/estar nos interstícios das disciplinaridades. Em Silva, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (org.) *No interstício das interdisciplinaridades: a psicologia política*. 1ª ed. Curitiba: Prismas.
- Silva, Alessandro S., & D’Addio, Thomás F. (2012). Homofobia, violência e direitos humanos. Em: Almeida, Marco A. B., Silva, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (orgs.) *Psicologia Política: Debates e Embates de um campo Interdisciplinar*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. pp. 219-248. Acessado em 21/11/2015, de: [http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia\\_politica.pdf](http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf)
- Silva, Alessandro S., & Corrêa, Felipe. (org.) *No interstício das interdisciplinaridades: a psicologia política*. 1ª ed. Curitiba: Prismas.
- Vieira, Sônia. 1981. *Introdução à Bioestatística*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda.
- Zampronha, Maria A. G. (2012). *A experiência com o outro de alunos de graduação em Psicologia e o uso da Internet*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.

Recebido em 24/10/2015

Revisado em 13/02/2016

Aceito 19/02/2016